


# Do "porão" ao primeiro plano: como os super-ricos passaram de influenciar o Estado a estar incrustados nele

**Nota do autor:** A questão central deste artigo nasce de uma intuição: estamos testemunhando uma mudança na forma do poder que talvez seja mais profunda que o neoliberalismo dos anos 1980. No modelo antigo, os ricos influenciavam as políticas por meio do lobby e das doações; hoje, os magnatas da tecnologia mais ricos já não se contentam com "influenciar": estão se tornando parte do aparato estatal, ou estão forçando o Estado a funcionar segundo sua lógica. A análise a seguir tenta pôr essa intuição à prova e oferecer um quadro mais preciso.

**SE/Sergio Rivera**

## I. Uma velha premissa que já não se sustenta

Durante quatro décadas, a narrativa dominante sobre a relação entre os ricos e a política era mais ou menos assim: os ricos exerciam influência por meio de doações políticas, financiamento de think tanks e propriedade de mídia, mas o Estado, como ator independente, mantinha ao menos formalmente sua capacidade de regular o capital. O "neoliberalismo" da era Reagan-Thatcher foi uma escolha política: governos eleitos que decidiram pela desregulamentação, pelos cortes no bem-estar e pela privatização de ativos públicos. Os ricos eram beneficiários, não decisores.

Essa premissa é difícil de sustentar em 2026.

Em 2025, a riqueza das 500 pessoas mais ricas do mundo cresceu um recorde de 2,2 trilhões de dólares, com apenas oito pessoas contribuindo com cerca de um quarto desse aumento total. Elon Musk, sozinho, aumentou sua fortuna em 190,3 bilhões de dólares, atingindo um patrimônio líquido de 622,7 bilhões. Ao mesmo tempo, dados da Oxfam mostram que metade da população mundial vive com menos de 8,3 dólares por dia, enquanto o 1% mais rico concentra 43,8% da riqueza global. Esse nível de concentração não é novo em si; o que é novo é **a forma como a riqueza se converte em poder político**.

## II. Estados Unidos: os ricos entram no Estado, não o cercam

As eleições americanas de 2024 oferecem um caso nítido. Musk investiu mais de 250 milhões de dólares na campanha de Trump, dos quais 239 milhões só no "America PAC". Em seguida, foi nomeado para chefiar o "Department of Government Efficiency", participando diretamente das decisões de corte nos gastos federais. Isso já não é a relação tradicional "doador-político", mas uma **fusão no nível do pessoal**: quem controla tecnologia e capital chave controla simultaneamente o poder administrativo.

Essa fusão tem uma lógica interna. O governo Trump precisa competir com a China em inteligência artificial e chips de ponta, e o controle da capacidade de computação, dos data centers e dos modelos de IA está precisamente concentrado em poucas mãos privadas. No jantar que a Casa Branca ofereceu ao príncipe herdeiro saudita em novembro de 2025, Musk, Huang, Cook e Bezos estavam sentados à mesma mesa, e os temas discutidos incluíam o plano saudita de investimento em 500 megawatts de capacidade de computação, com xAI e Nvidia citadas como participantes. Musk havia criticado publicamente o plano fiscal de Trump e até ameaçado formar um novo partido, mas isso não o impediu de voltar à Casa Branca quando estavam em jogo os interesses centrais de seu império de IA. **As divergências são reais, mas a interdependência é mais fundamental.** Trump precisa dos investimentos e dos números de emprego dos gigantes da tecnologia para demonstrar a hegemonia tecnológica dos EUA; Musk precisa da cooperação do governo federal na regulação da Tesla, nos contratos da SpaceX e nas restrições à exportação de chips para a xAI.

Não se trata de um "governo nas sombras" puxando os cordões nos bastidores. É **a fusão direta do poder corporativo e do poder estatal**, ao menos em certas áreas-chave da política.



# III. A variante europeia: não há um Musk, mas a lógica é semelhante

A Europa não produziu uma figura como Musk que controle simultaneamente uma empresa e um cargo governamental, mas a mesma lógica existe em formas mais discretas e institucionalizadas. O eurodeputado Brando Benifei alertou em uma entrevista de 2026 que entre a extrema-direita e os "tecnooligarcas" está se formando "uma aliança de interesses e apoio mútuo", algo que ele chamou de "uma ameaça às nossas democracias". A manifestação dessa aliança não é a nomeação pública de pessoas, mas **a disputa regulatória**: quando a UE tenta impor restrições às big techs por meio do AI Act, a pressão do capital tecnológico americano e nacional atua simultaneamente sobre o processo de decisão política europeu.

A formulação de Benifei merece atenção: a Europa "não pode ser apenas um poder regulador sem

desenvolver a força tecnológica necessária hoje". O que essa frase revela é um dilema: a Europa quer regular os gigantes da tecnologia, mas descobre que lhe falta uma base industrial para contrapô-los. Quando o poder de definir regras se separa do controle tecnológico, as regras tendem a ceder diante da realidade. Isso ressoa com a situação argentina, embora o mecanismo seja diferente.

# IV. Argentina: outra dependência, a mesma vulnerabilidade estrutural

A situação argentina difere essencialmente da dos EUA e da Europa, mas não é alheia a ela. Em abril de 2025, o FMI aprovou um Acordo de Facilidade Estendida de 48 meses de cerca de 20 bilhões de dólares, e na segunda revisão em maio de 2026 cerca de 15,8 bilhões já haviam sido desembolsados. A declaração do FMI exige explicitamente que a Argentina "continue mirando um equilíbrio fiscal global em termos de caixa", por meio de "novos cortes nos subsídios à energia, melhora na focalização das transferências sociais e contenção dos gastos discricionários".

A agenda de reformas do governo Milei — desregulamentação, privatização, flexibilização do mercado de trabalho — coincide em alto grau com as condicionalidades do FMI. Isso não significa que o FMI "ordene" a política argentina, mas sim que **a fragilidade fiscal cria uma dependência estrutural**: quando um país precisa de financiamento externo para manter seu funcionamento básico, seu espaço de política se comprime. Nessa compressão, os beneficiados são o capital capaz de se mover rapidamente e os detentores de ativos; os prejudicados são os que dependem do gasto público e das transferências. O próprio FMI reconhece que "um apoio social bem desenhado para atenuar os custos de ajuste de curto prazo" é essencial para sustentar o respaldo social às reformas — o subtexto é que, sem apoio social suficiente, o ajuste será insustentável. Mas de onde virão os recursos para esse apoio social, sob a restrição do equilíbrio fiscal, não tem resposta.



# V. A calibração da intuição: não um "governo nas sombras", mas uma "mutação da forma estatal"

Voltando à pergunta inicial: os super-ricos "governam a partir das sombras"? A resposta mais precisa é: **parte dos super-ricos já saiu das sombras e entrou no aparato estatal; outra parte força o Estado a se reorganizar segundo sua lógica.** Nenhum dos dois casos é a "manipulação nos bastidores" no sentido tradicional.

O aparecimento de Musk na Casa Branca, o entrelaçamento dos gigantes da tecnologia e da geopolítica no tabuleiro saudita da computação, e o enquadramento do espaço de política argentino pelas condicionalidades do FMI apontam na mesma direção: **a fronteira entre o Estado e o capital está se tornando permeável, e em certos nós já desapareceu.** Não se trata de uma "conspiração unificada dos super-ricos"; há também competição e conflito entre os ricos. Mas é uma mudança sistêmica: quando a concentração de riqueza atinge certo limiar, e quando a infraestrutura tecnológica que essa riqueza controla se torna a base do funcionamento econômico e da segurança nacional, o Estado deixa de ser aquela força externa capaz de "regular" o capital.

O neoliberalismo dos anos 1980 foi um **projeto político**: governos eleitos que escolheram reduzir as restrições ao capital. O que acontece hoje se aproxima mais de uma **transformação estrutural**: o capital — especialmente o capital tecnológico — adquiriu a capacidade de fazer com que, seja quem for eleito, certas opções de política já não estejam sobre a mesa. Disciplina fiscal, cortes em subsídios e "flexibilização" do mercado de trabalho aparecem simultaneamente em países com sistemas políticos diferentes não porque um magnata dá ordens nos bastidores, mas porque **o próprio espaço das políticas disponíveis foi remodelado**.

Se essa remodelação é reversível é outra questão. Mas ao menos identificá-la é o primeiro passo para pensar alternativas.

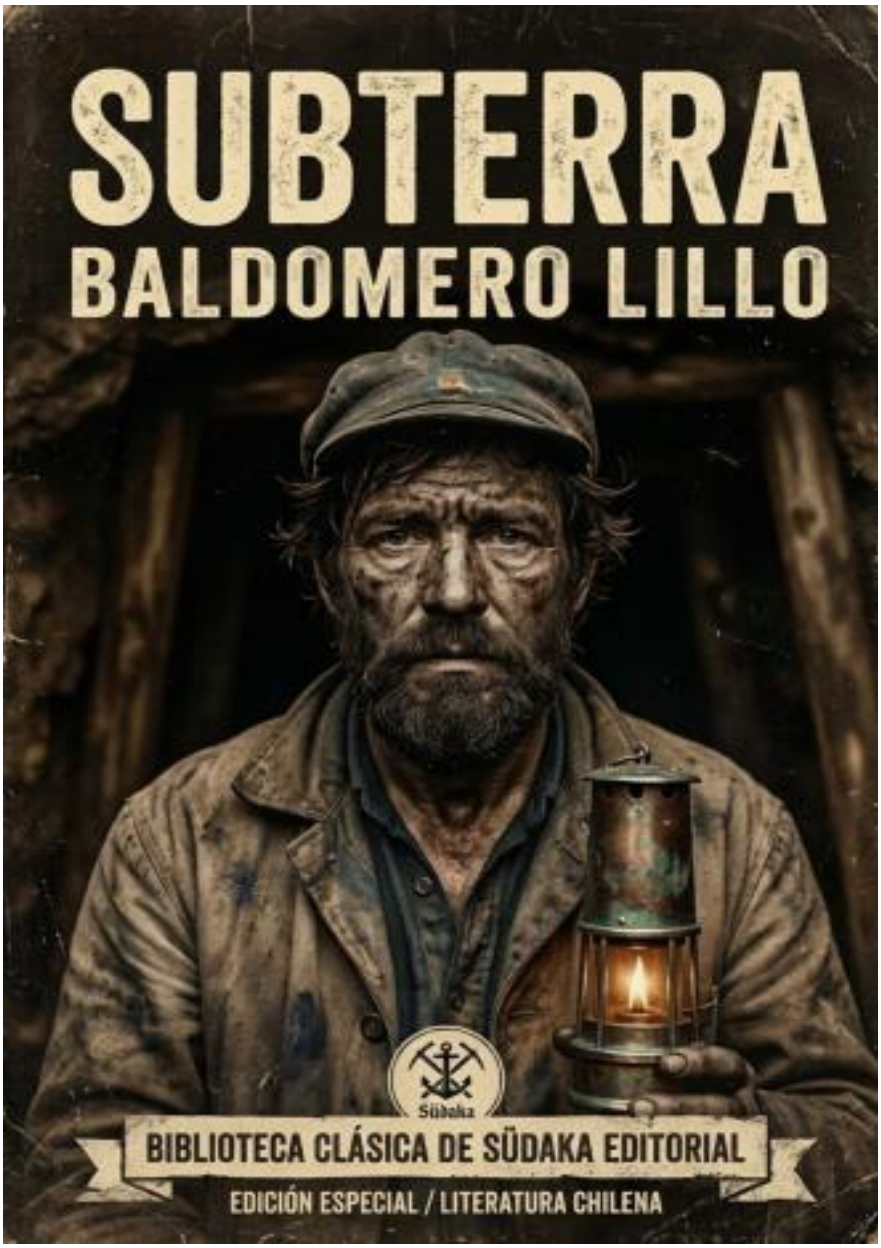
**HINWEIS: 1. Die Erstellung und Überprüfung dieses Artikels wurde durch KI unterstützt, ebenso die Überprüfung der Informationsquellen und der Datengenauigkeit. 2. Die Bilder wurden durch KI generiert.**

Web: www.sudaka-editorial.com
Email: info@sudaka-editorial.com

Südaka Editorial

# SubTerra

Bajo la tierra de Chile, donde la luz no llega, hombres, mujeres y niños arrancan carbón a la roca y dignidad a la desgracia. Baldomero Lillo baja con ellos y vuelve con estas historias.




Esta edición ofrece dos lecturas en un mismo volumen: **el texto original de 1917**, con su ortografía de época, **y una versión modernizada que actualiza la lengua** sin renunciar al vocabulario técnico de la mina. Un clásico del realismo social latinoamericano para quienes quieran escuchar las voces que vienen de abajo.

**Un libro más de Biblioteca Clásica**
**Südaka Editorial**